

COLÉGIO SALESIANO DE SANTA TERESA EM CORUMBÁ: O CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE OS SALESIANOS E O ESTADO DE MATO GROSSO (1972-1987).

CELEIDA MARIA COSTA DE SOUZA E SILVA^{1*}

A chegada dos salesianos em Corumbá e o Colégio Salesiano de Santa Teresa

Os salesianos chegaram ao estado de Mato Grosso em 1894 vindos do Uruguai. Corumbá foi a primeira cidade do estado de Mato Grosso visitada pela expedição missionária dirigida por Dom Luiz Lasagna, cujo objetivo era o de implantar um projeto missionário².

Na ocasião, a comitiva salesiana foi recebida com festa pelas autoridades locais e, nessa primeira visita, - os salesianos - já apresentavam planos de fundar uma escola e um oratório festivo - considerado um dos elementos fundamentais do projeto educativo salesiano.

Escolas, obras sociais, missões indígenas e paróquias foram as principais modalidades de atuação dos salesianos em todo território nacional. No que diz respeito às escolas, foram fundadas escolas primárias e profissionais, escolas de educação básica com internatos variando de acordo com as necessidades e oportunidades do local onde se instalavam os salesianos.

Depois da visita a Corumbá, a comitiva salesiana conduzida por Dom Lasagna seguiu em direção a Cuiabá, atendendo a solicitação do governador do estado de Mato Grosso, - Manoel José Murinho ao bispo de Cuiabá, Dom Carlos D'Amour.

Dourure (1977:166) relata a primeira visita dos salesianos a Corumbá dizendo que Dom Lasagna ficou encantado com a cidade, e tinha planos de implantar uma obra salesiana.

* Docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Pe. Lasagna superior das casas salesianas do Uruguai recebeu de Dom Bosco a atribuição de estudar a possibilidade de implantar obras salesianas no Brasil. Foi responsável pela instalação de casas salesianas no Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. Tornou-se bispo em 1893. A expedição missionária chegara em Corumbá em 10 de junho de 1894 (Cf. AZZI, 2000).

Enfim à tarde de 10 de junho de 1894, chegam à Corumbá Dom Luiz Lasagna e os primeiros salesianos destinados à Cuiabá [...] e já Dom Lasagna se enamora de Corumbá e de seus habitantes, traçando planos para abrir escolas, oratórios festivos[...].

A versão escrita por Dourure, retrata um encantamento que não pode ser confirmado, levando-se em conta a carta escrita por Dom Lasagna ao Padre Miguel Rua, Superior Geral dos salesianos, quando descreveu a visita feita a Corumbá, dizendo que:

Somente uma escola para meninos e para meninas, criada por religiosos e por religiosas, poderá com o tempo, mudar o aspecto daquela cidadezinha, sustentada sobre rochas de calcário, arremessada ao vale, e toda voltada ao tráfego e da vida material. Poderemos nós, um dia, concorrer a esta obra de redenção? Queira Deus³.

Ao contrário do que diz Dourure, Dom Lasagna ficou muito preocupado, com o que viu na cidade, e deixa transparecer na carta ao Pe. Miguel Rua, a necessidade de intervenção cultural na localidade, por meio da implantação de uma obra salesiana.

Embora Dourure seja uma fonte importante, no relato da primeira visita dos salesianos a Corumbá, acaba sendo tendencioso por querer mostrar uma história de amor, ou encantamento, que não existiu. Parece que a intenção do autor, é que não vejamos, os salesianos fora da ação missionária. Pois, para Dourure, os salesianos estão sempre movidos por bons princípios e boa fé.

Dom Carlos D'Amour, bispo de Cuiabá, também escreveu ao padre Miguel Rua, demonstrando a importância da cidade para a Congregação, dizendo que: “[...] haverá vantagens para a Congregação, pois esta cidade é sede da alfândega estadual, para tudo que se relaciona com o exterior: além de que meus diocesanos precisam de uma obra salesiana” (Apud MANFROI, 1997:50)⁴.

O bispo de Cuiabá, na tentativa de convencer o dirigente da Congregação a instalar uma obra salesiana em Corumbá, demonstra num primeiro momento, os benefícios materiais que os salesianos poderiam ter, devido à importância da cidade no contexto estadual e internacional, ficando a questão espiritual, em um segundo plano.

³ Carta de 27/10/1894 ao superior geral da ordem salesiana. Arquivo Salesiano de Roma apud MANFROI (1997: 50). Solamente una scuola per fanciuli e per fanciuli diretta da religiosi e da suore potrebbe col tempo mutare l'aspetto di quella ciudaducia, inalzata sulle rocche calcaree, durdegiata da solleone e tuta intensa al traffico ed della vita materiale. Potrremo noi um di concorrere a quest'opera di regenerazione? Dio lo voglia.

⁴ Carta de 14/10/1898 ao superior geral da ordem salesiana. Arquivo Salesiano de Roma apud MANFROI (1997).

Corumbá é um município localizado na planície do Pantanal, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai, fundado em 21 de setembro de 1778, como parte da consolidação do domínio luso na região. E, a partir de meados do século XIX, constituiu-se no principal entreposto comercial do oeste brasileiro.

Com o crescimento da navegação do rio Paraguai, Corumbá projetou-se como a principal cidade dentro da hierarquia urbana de Mato Grosso. A partir de 1857, os grandes comerciantes dos portos de Cuiabá e de Corumbá controlavam todo comércio de importação e exportação do Estado. Esse controle foi possível devido ao acordo entre os governos paraguaio e brasileiro ao qual permitiu a abertura do porto ao mercado internacional. A partir daí, Corumbá passou por um extraordinário desenvolvimento, e tornou-se, um dos mais importantes portos fluviais do país, através da hidrovia do rio Paraguai e bacia do prata.

Por servir de grande entreposto comercial transitava por Corumbá, o grosso da produção regional que se destinava ao exterior e que abastecia todo o norte e grande parte do sul-mato-grossense. “A cidade colocou até mesmo Cuiabá na sua órbita de influência”. Regiões, cujo acesso demandava o trânsito por Corumbá, a esta se subordinaram (ALVES, 1985:71).

Como escreveu Dom Luiz Carlos D’Amour ao superior da Congregação Salesiana, “haverá vantagens para a Congregação”, Corumbá de fato era e foi um lugar propício para a instalação de uma obra salesiana, ocupava lugar de destaque no contexto regional, inclusive foi cogitada para ser a capital do estado de Mato Grosso do Sul.

A implantação da obra salesiana na “cidade branca” contou com o apoio de diversos representantes da sociedade dentre eles, religiosos, políticos, militares e civis⁵. Em março de 1899, vindos de Cuiabá, após cinco anos da primeira solicitação da presença dos salesianos em Corumbá, chegaram os primeiros salesianos Pe. Agostinho Colli, Pe. Antonio Bella, acompanhados dos irmãos Fernando Porrela e Silvio Milanese capitaneados pelo Pe. Angelo Cavatorta, designado diretor da nova obra que tinha como objetivo “preencher sensível lacuna da educação intelectual e religiosa das crianças

⁵ Cidade Branca – Corumbá é conhecida como cidade branca pela cor clara de sua terra, pois está assentada sobre uma formação de calcário. Localizada à margem esquerda do rio Paraguai, a maior parte do município é ocupado pelo Complexo do Pantanal. Em razão disso, o apelido Capital do Pantanal denota a importância de Corumbá, que é a principal, e mais importante, zona urbana da região alagada.

corumbaenses”⁶. Fundaram o Colégio Salesiano de Santa Teresa em 04 de abril de 1899, com o apoio financeiro da aristocracia agrária que estava desejava de oferecer a seus filhos uma instrução e educação ministrada por religiosos europeus, da Câmara Municipal da cidade que doou terrenos para a edificação do Colégio, e do Bispo de Cuiabá que além do apoio formal, contribuiu com verbas à Congregação para a construção do Colégio e da igreja.

Inicialmente o Colégio funcionava em casa alugada, com cursos infantil, primeiro elementar e curso elementar.⁷ Era um Colégio para meninos, externos, semi-internos e, alguns, por virem das fazendas, viviam sob regime de internato.

O Colégio Salesiano de Santa Teresa, desde a sua fundação, contemplou o interesse de setores da elite. Portanto, os primeiros alunos a se matricularem no Colégio, não eram pobres e nem abandonados, e sim filhos de famílias de influência na cidade de Corumbá, possuidoras de recursos e desejosas que seus filhos fossem preparados para ocupar funções de liderança e cargos públicos de destaque. Apenas um pequeno número de pessoas de baixa renda conseguia bolsas, meia bolsa, ou um benfeitor, que possibilitasse o ingresso naquele ambiente escolar.

Os processos educacionais no Colégio Salesiano de Santa Teresa se configuravam tendo como finalidade precípua ministrar a “educação religiosa, intelectual, moral e cívica à juventude, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais” e, de acordo com o Sistema Preventivo de Dom Bosco, visto que se tratava de uma escola salesiana confessional católica⁸.

Desse modo, os padres salesianos, durante décadas, tiveram em suas mãos a responsabilidade de formar seus educandos buscando torná-los “bons cristãos e honestos cidadãos”. Há que se destacar que a escola era um espaço que impunha padrões de bom comportamento e de bons costumes, entre os quais a ordem e a disciplina eram requisitos fundamentais e indispensáveis para realizar o ensino, civilizar

⁶ Trecho retirado do ofício de 28 de março de 1899, endereçado à Câmara Municipal de Corumbá anunciando a abertura do Colégio Salesiano de Santa Teresa.

⁷ O curso primário compreendia dois cursos: o primeiro elementar (“*primeiras letras*”) e o elementar (corresponde hoje do 1º ao 5º ano do ensino fundamental).

⁸ Regimento Interno do Colégio Salesiano de Santa Teresa, 1971.

e moralizar. Ao mesmo tempo, deveria contribuir para dar credibilidade e valorização à instituição educativa.

De acordo com os ensinamentos de Dom Bosco, era preciso educar para fortalecer a vontade e regradar o espírito; privilegiar a formação integral para a vida terrena e eterna; num clima familiar, porém exigente, em que a responsabilidade, a promoção por desempenho, a solidariedade, e o civismo deveriam ser cultivados. As práticas educativas em todas as suas dimensões, segundo os ditames do fundador da Congregação, só seriam concretizadas por meio de uma educação evangelizadora, sólida e profunda. É importante observar que a credibilidade na instituição passava pela disciplina que era considerada a alma do ensino.

Podemos afirmar que as representações sociais construídas sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa eram de que seus egressos deveriam ser os responsáveis pela gestão pública e privada na cidade, na região, e até mesmo no país, dada a qualidade do processo educacional que frequentaram.

Schneider (1988:58) diz,

[...] seus ex-alunos, hoje pelo mundo afora sobressaem como brilhantes acadêmicos: Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia; conceituados profissionais: juristas, advogados, jornalistas e muitos competéssimos professores e servidores públicos [...] Todos capacitados, honrando sobremaneira o seu Colégio, a sua cidade e o seu bellissimo país.

A citação acima chama atenção para os diferentes sujeitos educados pelo Colégio Santa Teresa e legitima o *status quo* dos egressos e do educandário, permitindo-nos afirmar que o tipo de saber, recebido pelos indivíduos nas instituições têm conseqüências no seu nível de desenvolvimento pessoal, em suas relações sociais, e no *status* que ocupa na sociedade.

No cenário educacional corumbaense, o Colégio ocupava um papel central em todos os aspectos, era o local privilegiado onde se desenvolviam as práticas educativas, culturais e esportivas. A própria edificação destinada às atividades escolares demonstrava o lugar social destinado àqueles que estivessem dispostos a aceitar as normas, as restrições e as obrigações escolares.

O prédio era amplo, com boas acomodações e benfeitorias adequadas para a época e estava localizado na parte central da cidade, em frente a Praça Santa Teresa. Como fora construído especialmente para a finalidade educativa, a construção sinalizava que o Colégio havia sido idealizado para durar. Ao lado dele, como em toda

obra salesiana, havia uma igreja (Figura 1) muito usada nas festas e comemorações religiosas integrantes do calendário escolar, mas também utilizada em outras celebrações da cidade.

É importante considerar que a “arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social” (ESCOLANO, 2001:33). Dotados de significados os espaços escolares transmitem estímulos, conteúdos, valores, ao mesmo tempo que estabelecem normas disciplinares.



FIGURA 1. Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá-MS. Prédio em funcionamento durante a década de 1930 ao final da década de 1960. Esse edifício foi demolido em 14 de março de 1960. (Acervo do Colégio).

O Convênio celebrado entre os salesianos e o estado de Mato Grosso

A partir de 1953, os salesianos começaram a fundar obras educacionais e assistenciais que ocupavam o mesmo terreno do Colégio Santa Teresa. Tais obras foram capitaneadas pelo padre Miguel Alagna, diretor do Colégio, e tinham por finalidade atender aos setores populares da cidade.

Até 1953, o Colégio Salesiano de Santa Teresa não realizava nenhum trabalho pedagógico voltado para os setores populares como preconizava a obra salesiana italiana. O projeto educacional elaborado pelo padre Miguel Alagna, após 54 anos da

presença salesiana em Corumbá, visava o atendimento dos setores populares, mantendo, porém, o Colégio para os setores da elite.

O Círculo Operário Dom Bosco, destinado aos meninos e meninas dos setores populares e dirigido pela Missão Salesiana de Mato Grosso, foi criado em 1953. Em 1954, pelo Decreto do MEC nº 1894, de 15/06/1954, recebeu a denominação de Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco e passou a receber matrículas somente para meninas dos setores populares. Esse Grupo Escolar tornou-se misto, conveniado e mantido pelo estado de Mato Grosso a partir de 1955⁹. Na ocasião foi nomeado como diretor o Pe. Miguel Alagna, também diretor do Colégio Salesiano de Santa Teresa.

A realização do primeiro exame de admissão no Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco em 1963, levou ao desmembramento do mesmo, criando outra obra salesiana: o Ginásio Industrial Domingos Sávio, visando receber os alunos do Grupo Escolar aprovados no exame. Então, tanto o Grupo Escolar como o Ginásio Industrial e o Colégio Salesiano de Santa Teresa tinham o mesmo diretor: o padre Miguel Alagna.

Em 1966, ainda no mesmo terreno foi criado pelo Decreto nº 61 de 10.06.1966, um segundo Grupo Escolar voltado para o atendimento dos meninos pobres. Foi o Grupo Escolar da Ação Social Salesiana administrado pelo mestre Luis Assis França¹⁰. A criação desse Grupo Escolar fez com que o Grupo Escolar do Círculo Operário voltasse a ser novamente exclusivo para as meninas pobres.

O Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco (1954), o Ginásio Industrial Domingos Sávio (1963) e o Grupo Escolar da Ação Social Salesiana (1966) surgiram de um Convênio celebrado entre a Missão Salesiana de Mato Grosso e o estado de Mato Grosso, portanto, não eram mantidas exclusivamente com financiamentos da Missão Salesiana, mas havia repasse de verbas do governo do estado de Mato Grosso. Essas escolas administradas pelos salesianos formavam um centro educacional independente do Colégio Santa Teresa. Tinham por finalidade preparar, profissionalmente, os jovens dos setores populares para o trabalho e estiveram em funcionamento até 1971.

⁹ Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa.

¹⁰ Mestre, irmão salesiano ou coadjutor são os religiosos leigos que desenvolvem atividades educativas e evangelizadoras junto aos salesianos sacerdotes na comunidade, a serviço dos jovens, coordenam ou dirigem escolas, albergues, institutos técnicos, centros de promoção agrícola, centros de desenvolvimento social, centros editoriais, dentre outras atividades da missão salesiana e de acordo com Dom Bosco são fundamentais para a sobrevivência da congregação.

Tais obras adjuntas possuíam um caráter diferenciador, legitimavam a estratificação social, à medida que oferecia aos jovens dos setores populares, capacitação técnica e artesanal, num período em que o trabalho manual era estigmatizado, considerado inferior e degradante. Sem dúvida, foi um mecanismo encontrado para satisfazer as duas realidades sociais, uma tentativa de evitar o conflito e garantir a ordem.

No mesmo ano (1971) que finalizaram o Convênio que garantia as verbas para a manutenção e funcionamento das obras educacionais e assistenciais adjuntas, firmaram outro, que entrou em vigor no ano seguinte (1972) e que deu origem a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa. Diante disso, os alunos oriundos do Grupo Escolar do Círculo Operário, do Ginásio Industrial Domingos Sávio e do Grupo Escolar da Ação Social Salesiana, ou seja, das obras educacionais antes conveniadas com o estado de Mato Grosso e administradas pelos salesianos, tiveram suas matrículas efetivadas na escola pública que havia surgido.

A Missão Salesiana de Mato Grosso, a mantenedora da instituição contando com espaço ocioso no prédio do Colégio Salesiano de Santa Teresa, mas também devido ao pequeno número, apenas 356 estudantes pagantes matriculados e precisando de recursos para pagamento de dívidas e manutenção do prédio firmou um Convênio com o estado de Mato Grosso e o prédio passou a abrigar também a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa¹¹. O diretor do Colégio Salesiano de Santa Teresa responsável pelo Convênio foi o Pe. Firmino Cazzolato. Foi firmado o

Convênio que entre si celebram o Governo do Estado de MT, através de sua Secretaria de Educação e Cultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso, para que se use em benefício da educação e cultura, as dependências do Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá. O presente Convênio estará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1972. O Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá, em consequência do ajuste do Convênio será denominado Colégio Estadual Santa Teresa. Ass. Joaquim A. Vianna, Secretário de Educação e Cultura, MT (Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá, s/d).

O Convênio pressupunha que o Colégio Salesiano de Santa Teresa continuaria a existir até que fossem formadas as últimas turmas privadas. Por isso, a mudança de denominação só ocorreu de fato, para a totalidade dos alunos, a partir de 1982.

¹¹ A denominação Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa se deu através do Decreto nº 2318 de 28.11.1974.

Como particularidade do período, o fato de o Colégio Santa Teresa tornar-se estadual no 2º e 3º andares. O primeiro andar continuou particular até 1981. Ficando assim, 10 (dez) salas de aula para os filhos de famílias de influência da cidade, com direção, coordenação e matrículas especiais, isso para satisfazer a elite local que ficou descontente com o Convênio e os salesianos acataram a solicitação.

Desse modo, no primeiro andar funcionavam as turmas de 5ª a 8ª séries (1º grau), e também do 1º ao 3º ano do curso Colegial (2º grau). Havia professores contratados pela Missão Salesiana de Mato Grosso para atender aos alunos do Colégio Salesiano de Santa Teresa. Isso porque a elite corumbaense achava-se no direito de reivindicar ou exigir prioridade na matrícula de seus filhos, e os professores para seus filhos, pois fora a responsável por criar condições junto às autoridades eclesiásticas para a instalação do Colégio Salesiano.

Assim, no período em que o Convênio vigorou, havia duas categorias de professores e funcionários, os contratados e pagos pela Missão Salesiana de Mato Grosso e outros remunerados pelo Estado e lotados na Escola Estadual Santa Teresa. Na tentativa de entender como ocorreu à organização escolar pedagógica, administrativa e práticas escolares, além de utilizarmos os documentos do acervo da escola, as fontes de referências bibliográficas, realizamos algumas entrevistas, concedidas à pesquisadora que foram usadas parcialmente com a intenção de, algumas vezes, esclarecer informações, outras vezes encontrar elementos para o diálogo e a análise da história dessa escola. Estas, se deram sob a forma de narrativa de vida e história social. E, os sujeitos foram escolhidos por trazerem experiências profissionais e memórias vinculadas ao Colégio Salesiano de Santa Teresa no período histórico eleito para a pesquisa.

Em depoimento a professora “A” quando questionada se havia professores específicos para o Colégio Salesiano de Santa Teresa e para a Escola Estadual Santa Teresa, nos diz que:

Havia professores só do particular: professor Djalma, professor Rachid que no início eram só do particular. Daí, depois com a história de fazer a lotação porque o Estado não tinha ainda todo mundo efetivo para atender os três turnos e a escola estadual tinha bastante alunos em 1972, então, alguns professores trabalhavam só no particular, alguns salesianos inclusive que

*davam aula como Padre Teodoro dava aula de matemática mas era só no particular*¹².

Durante a vigência do Convênio, ou seja, a partir de 1972, o estado de Mato Grosso pagava todas as despesas da escola, cabendo aos salesianos a cessão do prédio com todo material que dispunha e a Missão Salesiana receberia matrícula dos alunos da escola pública. O Estado remunerava grande parte dos funcionários administrativos, dos auxiliares de serviços diversos e dos professores - indicados ou concursados.

A maioria dos que compunham o quadro de professores do Colégio Santa Teresa (público ou privado) eram ex-alunos do Colégio Salesiano de Santa Teresa ou ex-alunos do Ginásio Escola Normal Imaculada Conceição (GENIC)¹³.

Uma das exigências para tornar-se professor ou professora da Escola Estadual Santa Teresa era a afinidade com os princípios educativos de Dom Bosco, a competência profissional e a vivência do Sistema Preventivo, o que causava uma identidade pedagógica e religiosa nas duas escolas.

Então, a Missão Salesiana era que fazia a seleção do corpo docente e encaminhava a relação com o nome e a disciplina a ministrar pelo docente à Secretaria Estadual de Educação. E esta, responsabilizava-se por fazer a lotação ou contratar os profissionais indicados para trabalhar no Colégio Estadual Santa Teresa.

O Estado influenciava na parte legal, havia coordenadores, ou supervisores escolares, lotados no Colégio Estadual Santa Teresa, e estes eram responsáveis por organizar a grade curricular, a lotação de professores, a documentação escolar, as atas com notas dos alunos. A direção do Colégio e a coordenação geral eram de responsabilidade da Missão Salesiana.

Na verdade, com o Convênio, mesmo o Colégio mantendo a direção e coordenação geral, perdeu a autonomia porque tinha que acatar as determinações do governo do estado de Mato Grosso. Isso fez com que até mesmo a filosofia salesiana fosse aos poucos se diluindo. Sobre a atuação dos salesianos à época da escola conveniada, o perfil dos alunos e professores, as opiniões dos entrevistados foram divergentes.

¹² Ex- aluna do Ginásio e Escola Normal Imaculada Conceição (GENIC), ex-professora da Escola Estadual Santa Teresa (1972-1976), a partir de 1977 até 1988 atuou como coordenadora pedagógica na mesma escola. Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.

¹³ Colégio das Irmãs Salesianas.

Um dos colaboradores que há mais tempo está junto aos salesianos e vivenciou as várias fases do Colégio, inclusive esteve junto ao Padre Firmino em Cuiabá-MT na assinatura do Convênio em 1971, no que diz respeito à interferência do Estado na organização e funcionamento escolar, comenta que

[...] Tinha que obedecer, pedagogicamente não podia sair muito porque senão não recebia autorização. Então, tinha que dar aquele conteúdo que vinha de cima para baixo [...] Até 81 a secretaria fiscalizava as classes, conteúdo, tudinho. Liberdade entre aspas na organização interna e pedagogicamente não tinha liberdade nenhuma (professor “B”)¹⁴.

Na opinião da professora A:

[...] a direção e a coordenação geral do Colégio era da Missão Salesiana, então o Estado não interferia de forma nenhuma na indicação de diretores e coordenadores geral, na verdade a única interferência do Estado era em relação ao quantitativo de professores para ocupar os cargos. [...] Apesar de ser a escola estadual, ela seguia realmente a filosofia salesiana. [...] Em todo o período que houve o Convênio tinha coordenador, na época nós falávamos supervisor escolar, esse pessoal atuava na parte da grade escolar, acompanhamento de professor, de nota e de desenvolvimento¹⁵ (Grifos nossos).

Fica claro que na indicação dos administradores não havia interferência do Estado, mas no plano pedagógico é evidente a sua presença. Podemos observar essa interferência especialmente nas festividades e celebrações cívicas.

Apesar da intenção dos padres em indicar docentes e funcionários afinados com o Sistema Preventivo, na condição de escola conveniada nem sempre era possível. O desafio para a Missão Salesiana era de imprimir uma linha de trabalho que respeitasse às decisões do governo, mas também possibilitasse manter a qualidade, o cunho religioso e o Sistema Preventivo.

Por mais que houvesse indicação para lotação e contratação de professores nem todos os profissionais postos à disposição dos salesianos se identificavam com a filosofia salesiana e os salesianos tinham que aceitar o capital humano disponível. O fato de o Colégio ter se tornado conveniado com o Estado não significava perda na qualidade do ensino, mas gerava fator de diferenciação entre os sujeitos que passaram a ter acesso à escolarização naquele ambiente escolar, que até 1981 tinham duas escolas

¹⁴ Há 40 anos junto aos salesianos, vivenciou as várias fases do Colégio, exercendo diferentes funções foi: professor, secretário, coordenador e diretor adjunto. Continua no Colégio Salesiano de Santa Teresa e atua também na Faculdade Salesiana de Santa Teresa. Parte da entrevista concedida sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa à pesquisadora no dia 27 de abril de 2007.

¹⁵ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa à pesquisadora no dia 27 de abril de 2007.

em um mesmo prédio. O depoimento da professora “C” mostra como era a clientela que passou a fazer parte do Colégio Santa Teresa público, em funcionamento simultaneamente com o privado.

Naquela época a gente via a necessidade de atender crianças da maior diversidade de classe social,[...] nós tínhamos desde filhos de doutores até filhos de serventes da própria escola, então, era um mix de crianças pobres com crianças de classe média, crianças até que chegavam descalças e a gente arrumava chinelo, isso era muito bom porque uma via a realidade diferente e aprendia umas com as outras, algumas viam assim uma situação social, monetária diferente da outra, achavam estranho uma criança chegar aqui sem chinelinho, sem nada, a gente arrumava camiseta, arrumava calça, enfim era uma realidade diferente, mas era prazeroso trabalhar¹⁶ (Grifos nossos).

O conflito de identidade do Colégio marca o depoimento transcrito. Uma escola privada com alunos filhos de doutores e uma escola pública com crianças pobres. O Colégio separava e unia os grupos, provocando estranhamento, mas também conformação.

No imaginário coletivo permaneceu a ideia de que os padres salesianos mesmo sendo conveniados com o Estado conseguiram comandar, manter a ordem, o cunho religioso. De acordo com o depoimento do professor “B”, os que ali trabalhavam eram considerados “educadores, não são só professores ou uma escola qualquer. Educam para a vida. Isso é o mais importante!” É uníssona nas falas dos entrevistados a importância atribuída à educação salesiana na cidade, por seguirem o lema de Dom Bosco que era de formar o bom cristão e o honesto cidadão. Na sequência o mesmo entrevistado diz: “Claro que você não atinge o ideal, mas [...] pelo que você vê de ex-aluno, eu acho que quem soube aproveitar, achou o seu lugar na sociedade de maneira descente, basta olhar a sociedade corumbaense”¹⁷.

Assim, com o Convênio (1971), no prédio em que funcionava o Colégio particular passou a funcionar também a escola pública estadual, oferecendo vagas na Educação Pré-Escolar, na 1ª a 4ª série, na 5ª a 8ª série e também no segundo grau¹⁸.

¹⁶ Há 35 anos no Colégio. Ex-aluna do Colégio Salesiano de Santa Teresa e ao mesmo tempo professora contratada e cedida pelo Estado para o Colégio Estadual Santa Teresa, depois se tornou professora efetiva do Estado e coordenadora pedagógica. Terminado o Convênio, continua no Colégio e está na coordenação geral da Educação Infantil. Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 26 de abril de 2007.

¹⁷ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.

¹⁸ Com a Lei nº 9394/96 em vigor, ao referir a essas fases da Educação Básica a nomenclatura é Educação Infantil, Ensino Fundamental de nove anos e Ensino Médio.

Nos primeiros anos de funcionamento do Colégio privado/público conveniado ocorreram problemas por parte dos responsáveis pelos alunos do privado que não aceitavam o Convênio e desejavam exclusividade. A solução para os problemas financeiros do Colégio - devido ao número reduzido de alunos que faziam parte do particular - estava justamente no Convênio. Este representava um negócio interessante tanto para o Estado, que precisava de salas de aula, como para os salesianos, que tinham as salas ociosas e precisavam de verbas para cobrir as despesas.

Certamente o montante de recursos financeiros recebido pelos salesianos no período do Convênio e por causa dele, era grande. Além disso, havia também os recursos arrecadados com as festividades e com a caixa escolar por aluno matriculado. Era uma taxa considerada irrisória por parte dos dirigentes da escola, e o valor pago era espontâneo, sem valor mínimo pré-fixado e estipulado pelo pai ou responsável do aluno no ato da matrícula¹⁹.

O Decreto-Lei nº 57, de 19 de março de 1979, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul estabelecia que cada unidade escolar tivesse uma comissão da caixa escolar constituída pelo diretor, por um professor indicado pelo conselho de professores e por um representante indicado pela Associação de Pais e Mestres (APM). De acordo com o Decreto-Lei, a utilização dos recursos da caixa escolar só poderia ser feito mediante um plano de aplicação elaborado pela comissão da instituição escolar, aprovado pela diretoria da APM em ata, cuja cópia deveria ser encaminhada à Agência Regional de Educação. A gerência administrativa e financeira da Fundação de Educação de Mato Grosso do Sul (FE-MS) era a responsável por orientar as unidades escolares na elaboração do plano de aplicação de recursos.

No ato da matrícula era feito um cadastro com o perfil sócioeconômico da família. Por meio desse cadastro, dependendo do número de filhos matriculados no Colégio Estadual Santa Teresa e da condição socioeconômica da família ocorria de alguns dos filhos ficarem isentos do pagamento da caixa escolar e da anuidade. O

¹⁹ Lei 3681 de 28 de novembro de 1975 do Governador do Estado de Mato Grosso estabelece a nova estrutura da administração estadual e dá outras providências. “Artigo 22- Fica o Poder Executivo autorizado a reorganizar o Fundo Estadual de Educação, de que trata a Lei 3138 A, de 31 de dezembro de 1971, e a Lei n. 3473, de 11 de dezembro de 1973, a cujo crédito se levarão todos os recursos orçamentários e extraorçamentários, inclusive os de receita provenientes da arrecadação da Caixa Escolar e Anuidade, Exames Supletivos e Salário Educação – Ensino Supletivo”. LEI nº 3681 de 28 de novembro de 1975. Disponível em: <http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/>. Acesso em 07set.2009.

Estado determinava que os recursos da caixa escolar fossem aplicados integralmente na própria escola em benefício dos alunos, na melhoria do ensino, nas atividades educacionais, culturais e desportivas.

Antes da realização do Convênio uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) tinha entrado em vigor no sistema educacional brasileiro, a Lei 5692/71. Essa Lei demandava uma reestruturação na rede de escolas públicas e privadas, pois determinava a ampliação da escolaridade obrigatória. O ensino de 1º grau passou a ter duração de oito anos letivos, sendo obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade.

Foi no contexto da reforma educacional que instituiu a escola fundamental de oito anos e que atribuiu o sentido profissional a educação do ensino de segundo grau que foi selada a parceria entre o estado de Mato Grosso e a Missão Salesiana.

Iniciado o Convênio, gradativamente as classes do Colégio Salesiano de Santa Teresa foram se extinguindo, sendo que o último ano das duas escolas no mesmo prédio foi em 1981. Isso significa dizer que o Convênio só foi cumprido plenamente, a partir do ano de 1982 e ficou em vigor nos moldes como fora assinado inicialmente até 1987. Vale apontar que a partir de 1988, um outro Convênio vigorou, e foi mantido até 1996.

As turmas do Colégio Salesiano de Santa Teresa foram extintas gradativamente. Isso levou a migração de alguns alunos do Colégio privado para o público, enquanto outros transferiram-se para outras escolas particulares da cidade. Para os salesianos era interessante assegurar a matrícula dos discentes tanto no privado como no público. A seguir, o quadro com número de alunos matriculados no Colégio e na Escola Estadual Santa Teresa no período de 1972-1987.

Os dados apresentados no quadro 1 foram organizados pela coordenadora do Colégio Salesiano de Santa Teresa em julho de 2009. Apesar de nos anos de 1972 a 1981 coexistirem duas escolas (uma pública e outra particular) em funcionamento no mesmo prédio, o número de alunos matriculados nas duas escolas administradas pelos salesianos foram computados conjuntamente.

Observando o número de alunos que ingressaram na Educação Infantil em 1972 e acompanhando ano a ano a trajetória do grupo, posso inferir que houve regularidade no número de matrículas, havendo aumento na 5ª série do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio. Desse modo, provavelmente, em Corumbá não havia vagas suficientes nas escolas públicas que atendessem as demandas desses níveis escolares.

Quadro 1. : Colégio Salesiano de Santa Teresa e Escola Estadual: número de alunos matriculados (1972-1987).

Ensino Fundamental																
Série	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
EI	216	266	108	194	154	144	147	150	132	110	120	110	122	118	110	118
1ª	296	295	366	361	273	223	239	219	225	211	264	273	264	289	234	259
2ª	225	226	280	317	347	279	220	225	243	208	234	245	245	251	222	205
3ª	292	304	302	289	328	288	272	243	241	243	232	224	260	253	275	273
4ª	242	305	306	337	245	251	272	263	264	242	241	254	229	236	249	269
5ª	613	810	841	998	517	394	346	426	523	476	400	470	459	482	441	427
6ª	320	511	499	628	596	480	258	332	392	416	369	318	350	352	353	401
7ª	188	296	409	462	451	533	390	327	325	302	340	333	285	373	290	308
8ª	123	181	291	352	377	384	389	339	379	341	226	300	344	334	329	256
Total	2.515	3.194	3.402	3.938	3.288	2.976	2.633	2.527	2.724	2.549	2.426	2.527	2.558	2.688	2.503	2.516
Ensino Médio																
Série	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1ª	263	276	377	476	614	566	563	530	607	562	592	625	550	572	527	548
2ª	35	150	178	232	302	380	329	387	343	301	268	331	307	267	344	326
3ª	22	35	115	128	109	190	236	161	256	260	200	198	231	216	194	170
Total	320	461	670	836	1.025	1.136	1.128	1.078	1.206	1.123	1.060	1.154	1.088	1.055	1.065	1.044
Total Geral	2.835	3.655	4.072	4.774	4.313	4.112	3.761	3.602	3.930	3.672	3.486	3.681	3.646	3.743	3.568	3.560

EI – Educação Infantil.

Fonte: Colégio Salesiano de Santa Teresa.

As opiniões dos entrevistados apresentam algumas divergências desse período em que o Colégio separava e misturava os alunos. Vejamos três opiniões de pessoas que trabalharam à época no Colégio. O entrevistado “B” nos diz que:

Foi um período que por parte dos alunos nós conseguíamos controlar bem a situação. Padre Afonso era muito rígido e conseguiu assegurar bem as duas partes. [...] A secretaria era separada a do estadual e a do particular. Quem era o secretário da escola particular era o padre e da estadual era Berenice. [...] Era difícil lidar com essa situação duas realidades dentro de um espaço só²⁰.

Na condição de Colégio conveniado tornou-se aberto a todos. A realização do Convênio com o Estado permitiu o ingresso de alunos de outros setores da sociedade nas instalações do Colégio e colaborou muito para que o Colégio particular se

²⁰ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.

mantivesse até o ano de 1981, mesmo com número de alunos reduzindo ano a ano. A entrevistada “C” nos diz:

Hoje eu tenho condição de fazer um paralelo entre o que a gente fala de criança de periferia que vinha para o Santa Teresa. Para elas era uma conquista muito grande conseguir uma vaga no Santa Teresa, em um prédio bonito, limpo, porque a filosofia da casa era a filosofia salesiana, a regra da casa era a salesiana. Essa era a diferença de uma escola estadual comum para uma escola conveniada com salesianos. [...] E essa história do particular, realmente a elite corumbaense queria usufruir mais do prédio. Eu ouvia umas histórias que esse prédio não tinha sido feito para ser escola para pobre. Eu já tinha escutado essas histórias. Mas entrava em contradição porque a filosofia de D. Bosco é a de atender principalmente as camadas menos favorecidas. Então, o que aconteceu na época, o inspetor da época falou ‘podemos até fazer um andar para aqueles que queiram ter aula com grade diferenciada’ e aí, a turma do particular até a grade deles era maior²¹.

A opinião a seguir, difere das duas primeiras, pois a entrevistada “A” assegura que não havia diferença entre os alunos do Colégio Particular e do Colégio Público.

A escola não era conveniada antes. Ela tinha um número reduzido de sala de aulas e de professores. É lógico que tem professor e professor. A maioria era comprometida. [...] Junto no começo funcionava o Colégio Salesiano de Santa Teresa que era particular com o estadual porque ainda quando houve o Convênio havia alunos matriculados, então precisava gradativamente ir se extinguindo. Não havia diferença de currículo. Tanto é que quando começou havia uma seriedade, um compromisso de todos em fazer que valesse a pena, que concorresse com qualquer outra escola particular. [...] A entrega de nota às vezes se fazia no mesmo período. Não tinha essa diferença, eles - alunos do particular - não conseguiam ser destaque naquela multidão por serem alunos do particular, destacavam sim por uniforme diferente²².

Podemos afirmar que a realização do Convênio entre o Estado e a Missão Salesiana gerava um conflito de identidade entre os docentes, os funcionários e os discentes, pois desenvolviam suas atividades num mesmo espaço escolar com sistemas diferentes – público/privado – nem sempre visíveis pelos envolvidos no processo educativo.

Sabemos que a seção particular gerava ônus para os salesianos pelo fato de serem poucas matrículas e exigirem tratamento diferenciado. Na verdade, o Colégio como um todo estava sendo mantido com os recursos do repasse feito pelo governo estadual. Assim, a decisão de encerrar as atividades na parte privada traria benefícios à Missão à medida que disponibilizaria mais vagas para a escola estadual, os funcionários e os professores contratados pela Missão passariam a condição de convocados pelo

²¹ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 26 de abril de 2007.

²² Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 27 de abril de 2007.

Estado e ainda havia a possibilidade de os alunos vinculados ao Colégio privado, se transferirem para a escola estadual Santa Teresa.

Quando o assunto é o Convênio, as opiniões ainda hoje, são bastante divergentes, principalmente quanto ao nível e perfil dos alunos e professores. A escola precisa ser entendida na sua historicidade, para isso precisamos conhecer o significado da educação escolar no período, os anseios depositados na escola como possibilidade de melhoria de vida, como oportunidade de participação política, social, econômica e cultural.

A existência do Convênio foi benéfica para Corumbá por ter expandido o número de vagas para o ensino público, possibilitando o acesso à educação para muitos. Já que no período, a cidade não dispunha de vagas suficientes para absorver toda a clientela escolar. E para a Missão Salesiana foi vantajoso à medida que ocupou os espaços ociosos, recebeu subsídios do Estado por alunos matriculados que aumentou substancialmente, passando de 356 alunos (1971) para mais de 4000 alunos, nos anos em que foi mantido o acordo (observe o quadro 1).

O Convênio firmado inicialmente com o estado de Mato Grosso e posteriormente, - devido à divisão do estado - com o Mato Grosso do Sul foi mantido até 31 de dezembro de 1987, quando a instituição educacional voltou a ser particular, apenas com cessão de professores por parte do estado de Mato Grosso do Sul. Daí em diante, era feita uma pesquisa socioeconômica junto a família do aluno a fim de saber a renda familiar para estipular a mensalidade a ser paga. Até 1996, o governo continuou responsabilizando-se somente por professores. Depois de 1996, o Colégio passou a ser novamente particular, resultando em um déficit na educação escolar em Corumbá.

Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. *A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá: 1857-1929*. In: CORRÊA, Valmir Batista et AL. Casario do Porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação de Cultura; Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

AZZI, Riolando. *A obra de Dom Bosco no Brasil: cem anos de História*. Barbacena: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, 2000.

DOURURE, João Baptista. *Dom Bosco em Mato Grosso: Missão Salesiana 1894-1904*. Cuiabá: Salesiana, 1977.

ESCOLANO, Agustín & VIÑAO FRAGO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad.: Alfredo Veiga-Neto, 2.ed, Rio de Janeiro: A. DP&A, 2001.

MANFROI, José. *A missão salesiana e a educação em Corumbá: 1899-1996*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 1997.

SCHENEIDER, J. L. Obra de Dom Bosco em Corumbá. In: BÁEZ, Renato (Org.). *O profeta do pantanal*. São Paulo: Escolas Profissionais salesianas, 1988, p. 57-61.